



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1530

A CIDADE COMO SALA DE AULA:

POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL E A HISTÓRIA

Edylane Eiterer¹

(Colégio de Aplicação João XXIII)

Marcos Rodrigues Barreto²

(PPGMS/UNIRIO)

Resumo

Dentro das Ciências Humanas uma das atribuições é que os alunos possam dominar linguagens, compreender fenômenos, construir argumentações, enfrentar situações-problema e elaborar propostas. Nesse contexto, deve ser abordada a interação entre o homem, o espaço, as identidades, os sistemas culturais, os papéis históricos desempenhados, as transformações sociopolíticas e econômicas que acabam tocando o Patrimônio Cultural. No CAp João XXIII/UFJF, através de uma proposta de aulas com temas alternativos chamados de Ágoras, na disciplina de História, foi considerada a importância do relacionamento dos estudantes com o Patrimônio Cultural local. Entendendo que o espaço urbano é um grande laboratório de aprendizagem e saber contextualizá-lo com o ensino de História é uma das competências que os estudantes precisam desenvolver, o trabalho toca o Patrimônio Cultural local e os temas que se ligam diretamente a ele como a memória, a identidade e a diversidade cultural, em seu cotidiano escolar e social, e se desenvolve em dois momentos: um teórico e outro prático, com aulas de campo pelas ruas da cidade, sendo, também, reconhecida como uma metodologia de Educação Patrimonial. As aulas de campo se dão nas ruas e praças da cidade, tombados ou não, e até no cemitério municipal, observando-se as relações de poder e organização social *post mortem* nesse espaço. Também são visitados museus e prédios tombados, transformando o aluno em um turista de sua cidade local, em um atividade de reflexão e (re)construção de visões sobre o espaço urbano, o cotidiano e a História, que passa a ser vivenciada.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Patrimônio Cultural; Identidade; Memória;

¹ Edylane Eiterer é historiadora (UFJF), pós-graduada em Gestão do Patrimônio Cultural (Instituto Metodista Granbery/PEMEAR) e mestre em Educação com ênfase em Políticas Públicas e Movimentos Instituintes: Identidade, Memória, Cultura, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural e Doutoranda em Estudios Interculturales em Historia de la Europa Medieval Mediterránea (Universidad d'Alacant). Atua como professora substituta de História no Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora. edylane@feudo.org

² Pedagogo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS-UNIRIO).

1. Patrimônio Cultural, Identidade, Memória e Diversidade: Elementos Fundamentais dos Discursos Históricos e Relações Sociais

Dentro do grande eixo temático das Ciências Humanas e suas tecnologias compostas pelos temas transversais pedidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –, uma das atribuições é que os alunos possam dominar linguagens, compreender fenômenos, construir argumentações, enfrentar situações-problema e elaborar propostas.

Nesse contexto, destacamos que, uma dessas competências se relaciona à interação entre o homem, o espaço, as identidades, os sistemas culturais, os papéis históricos desempenhados, as transformações sociopolíticas, econômicas e técnicas, que acabam tocando o que se chama de Patrimônio Cultural.

Considerando os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –, em sua apresentação, percebemos os temas transversais que trazem em seu bojo o anseio por um ensino que tenha

necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual (BRASIL, 1997 a, p. 15).

Mesmo que os conceitos de diversidade, Patrimônio Cultural, identidade e memória não sejam explícitos como temas transversais, podem ser trabalhados dentro deles. Tratam-se de conceitos absolutamente pertinentes ao tema da pluralidade cultural e meio ambiente, já que ao lidar com as questões sociais que constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura, convidam os professores a participar mais ativamente das realidades locais dos alunos, o que levanta discussões sobre suas realidades, seus patrimônios, suas identidades (EITERER, 2012).

No Colégio de Aplicação João XXIII³, para as turmas do Ensino Médio, no ano letivo de 2015, pensou-se em um sistema de Ágoras que consiste em aulas temáticas desenvolvidas pelos professores no contraturno e que busquem desenvolver novas metodologias de ensino.⁴

Para a disciplina de História, desenvolvemos uma proposta de Ágora baseada no fato de que constantemente lidamos com o Patrimônio Cultural em nosso dia-a-dia. Essa realidade não

³ O Colégio de Aplicação João XXIII está ligado à Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi criado em 1965, para atender aos licenciandos em termos de pesquisa e realização de estágios supervisionados.

⁴ Para as turmas de Ensino Fundamental as aulas temáticas são estruturas em Módulos e ocorrem dentro do período de aula regular.

escapa de nossas salas de aula, mas nem todos os profissionais da Educação trabalham com o Patrimônio Cultural e os temas que se ligam diretamente a ele como a memória, a identidade e a diversidade cultural, em seu cotidiano escolar de modo a desenvolver as habilidades dos alunos em reconhecê-los como tal e mais, a perceber a sua importância.

Partindo da realidade de que o tema é cobrado de maneira recorrente no ENEM, usamos o Patrimônio Cultural como um gancho de discussão sobre diversidade, memória e identidade e que, em todo tempo, se relaciona com as práticas do cotidiano e, portanto, a própria cidade é um grande laboratório de análise, inclusive para percebermos as relações de poder estabelecidas.

Compreendemos, como Piletti (2004), que o currículo e os saberes escolares abrangem todas as experiências de alunos e professores e, nesse caso, é permeado por elementos que vão muito além dos livros didáticos e das aulas expositivas marcadas pelos conteúdos fixos.

Sua dinâmica, para ser mais enriquecedora, depende tanto da formação do professor, quanto do meio pelo qual ele desenvolve o seu trabalho, neste incluídos os projetos que envolvem a comunidade escolar, extrapolando as quatro paredes que compõem a sala de aula e trabalhando com as experiências trazidas pelos alunos (EITERER, 2013).

Já que aceitamos a escola como detentora de grande parte do papel como formadora dos cidadãos, ela deve estar em consonância com as demandas da sociedade e inserir a própria cidade nas discussões. Para tal, é necessário que trate de questões que sejam pertinentes à vida dos alunos, que sejam relativas às suas experiências, envolvendo-os com as temáticas sociais e incorporando-as em seus currículos (BRASIL, 1997 a, p.64).

Passamos, então, a discutir a cultura, que passa por um processo relacionado com a comunicação e a relação dos homens com os seus pares. Concordamos que todos os povos são produtores de cultura (LARAIA, 1988; BATALLA, 1992; BOURDIEU, 2008) e que, como nos aponta Laraia “o desenvolvimento do conceito é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana” (LARAIA, 1988, p.07), logo dos bens produzidos por eles e que compõem as suas identidades, muitas vezes transformados em Patrimônios Culturais.

Admitimos que o homem quando produz a sua cultura, busca também representá-la e o Patrimônio Cultural encaixa-se como essa representação cultural, como uma referência, um marco.

Atentando para a nossa sociedade e os estudos relacionados à cultura, percebemos que

Esta palabra se emplea frecuentemente en el lenguaje común para designar a un conjunto más o menos limitado de conocimientos, habilidades y formas de sensibilidad que les permiten a ciertos individuos apreciar, entender y/o producir una clase particular de bienes, que se agrupan principalmente en las llamadas bellas artes y en algunas otras actividades intelectuales⁵ (BATALLA, 1992, p.117).

Diante dessa concepção de cultura, fomos levados a compreender o Patrimônio Cultural como privilégio de alguns grupos sociais bem definidos, dentro da cidade, especialmente à época de sua formação, despertando os binômios típicos de classificações como alta/baixa cultura, cultura legítima/ilegítima (EITERER, 2013), o que, por parte dos alunos, levava a um entendimento elitista não só ao domínio da produção cultural, mas no que tange, também, o seu entendimento, já que

o desenvolvimento moderno tentou distribuir os objetos e os signos em lugares específicos: as mercadorias de uso atual nas lojas, os objetos do passado em museus de história, os que pretendem valer por seu sentido estético em museus de arte. Ao mesmo tempo, as mensagens emitidas pelas mercadorias, pelas obras históricas e artísticas, e que indicam como usá-las, circulam pelas escolas e pelos meios massivos de comunicação (CANCLINI, 2011, p. 300-301).

Buscamos através da observação de lugares de memória (NORA, 1993), de espaços não formais de educação e do principal museu da cidade – Museu Mariano Procópio – fazer experimentações de metodologias de Educação Patrimonial (HORTA, 1999) e mostrar como a elaboração de representações simbólicas das relações humanas com o meio em que vivemos são criadas.

O objetivo central era evidenciar que a função da produção cultural e do Patrimônio Cultural se volta à produção do conhecimento, técnicas e sistemas que, além de transformar a natureza de modo a contribuir para a nossa vivência, está vinculada a uma necessidade de comunicação, usada para a transmissão dos elementos escolhidos para promover a identificação dos membros do grupo.

O que distinguiria os grupos sociais seria não só a sua capacidade de produzir os códigos de cultura ou da “produção da crença”⁶ que nos apresenta Bourdieu (2008), mas também as

⁵ “Esta palavra é usada frequentemente na linguagem comum para se referir a um conhecimento mais ou menos limitado, habilidades e formas de sensibilidade que permitem a certos indivíduos apreciar, compreender e / ou produzir um determinado tipo de bens, que são principalmente agrupados nas chamadas belas-artes e em algumas outras atividades intelectuais”. (Tradução livre da autora)

⁶ No texto “A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos”, publicado em 1977, Pierre Bourdieu apresenta elementos para se compreender o processo de criação, circulação e consagração dos bens culturais, desmistificando o caráter sagrado da cultura e colocando-a como resultado de um processo social entre os agentes dos campos específicos envolvidos tanto em sua criação quanto em sua circulação e promoção.

capacidades de inteligibilidade desenvolvidas pelos indivíduos, que seriam classificados como cultos (produtores) ou incultos (receptores), de acordo com as suas capacidades de recepção das informações contidas nos signos e representações simbólicas contidas na sociedade.

Baseados nessa necessidade de se transmitir o que foi selecionado como cultura a ser mantida pelo grupo como traço de sua identificação, de se promover essa comunicação entre os grupos cultos e incultos, a dinâmica das sociedades se organiza de modo dialético, fazendo com que haja uma

classificação rigorosa das *coisas*, e das *linguagens* que falam delas, que sustém a organização sistemática dos *espaços* sociais em que devem ser consumidos. Essa ordem estrutura a vida e prescreve comportamentos e modos de percepção adequados a cada situação. Ser culto em uma cidade moderna consiste em saber distinguir entre o que se compra para usar, o que se rememora e o que se goza simbolicamente. Requer viver o sistema social de forma compartimentada (CANCLINI, 2011, p.301).

O que permeia essa construção tanto dos lugares que serão considerados de memória (NORA, 1993) quanto dos moldes comportamentais que devem ser adotados? São as escolhas feitas ao longo dos processos históricos, como já nos apontava Bourdieu (2008) e Geertz (1978), este ainda contribui com a ideia de que a cultura é uma questão de escolha.

Pela ótica sinalizada por Geertz, podemos admitir que a cultura não pode ser apenas interpretada como essa relação de poder entre grupos tidos como cultos e incultos, já que aceita muitas definições. Em contrapartida a essa distinção mais fechada, surgem os olhares antropológicos de cultura, como o apresentado pelo autor e corroborado por Batalla, no qual destacamos a noção que a coloca a cultura como

el conjunto de símbolos, valores, actitudes, habilidades, conocimientos, significados, formas de comunicación y de organización sociales, y bienes materiales, que hacen posible la vida de una sociedad determinada y le permiten transformarse y reproducirse como tal, de una generación a las siguientes (BATALLA, 1992, p.118)⁷.

Ora, entendemos à luz de Batalla (1992, 2006, 2010) que a cultura não é senão uma experiência histórica acumulada que se forja no cotidiano, na solução dos grandes e pequenos problemas com que a sociedade se enfrenta. A cultura consta de práticas já experimentadas e de um sistema de conhecimentos, ideias, símbolos e emoções que lhe dá coerência e significado.

⁷ “O conjunto de símbolos, valores, atitudes, habilidades, conhecimentos, significados, formas de comunicação e de organização social, e bens materiais que tornam possível a vida de uma determinada sociedade e a permite transformar-se e reproduzir-se como tal, de uma geração para as próximas.” (Tradução livre da autora)

Esse olhar faz com que a existência da pluralidade ou da diversidade de culturas seja um terreno fértil de recursos para a sociedade.

O que percebemos é que não podemos falar de cultura e nem do patrimônio cultural de uma cidade como um conceito fechado, mas em constante mutação, capaz de englobar em seu seio uma variedade de concepções.

Frente a essa complexidade, selecionamos, para nortear nossos trabalhos, a ideia de cultura apresentada por Chauí, que contempla e completa os olhares já apresentados por Geertz e Batalla, assinalando que a cultura é um elemento da história do homem, relacionada com suas práticas e vivências, “com a afirmação de que os humanos são capazes de criar uma ordem de existência, uma ordem simbólica” (CHAUÍ, 2010, p.112) e também com sua memória e sua história, marcando cada grupo de uma maneira diferente, vinculando-se assim aos Patrimônios Culturais.

Admitindo que a cultura é essa criação que o homem faz para se organizar no tempo e no espaço, os seus Patrimônios Culturais podem ser considerados como marcos de orientação através de espaços, pessoas, objetos, ideias, imagens, que pela escolha e ação do homem são permeadas de sentimentos, de significados, de afetividade e emotividade que lhe conferem o poder de estabelecer relações de pertencimento, já que

toda sociedad va acumulando un acervo de elementos culturales (bienes materiales, ideas, experiencias, etc.) que ha hecho suyos a la largo de su historia (porque los crió o porque los adoptó), algunos de los cuales mantienen plena vigencia como recursos para practicar o reproducir su vida social, en tanto que otros han perdido su vigencia original y han pasado a formar parte de su historia, o se han perdido u olvidado para siempre⁸ (BATALLA, 1992, p.118).

Esses traços que são criados pelo próprio homem no movimento de atribuição de valores ao que selecionam como sua cultura a ser perpetuada são diretamente ligados à produção de seus Patrimônios Culturais. Esses são fixados nas gerações através das simbologias desenvolvidas e transmitidas não só pelo que é visível (os monumentos, patrimônios físicos, palpáveis, tangíveis), mas também pelo viés da memória e das práticas, dos costumes, das tradições, dos patrimônios imateriais e intangíveis.

⁸“Toda sociedade acumula uma riqueza de elementos culturais (bens materiais, ideias, experiências, etc.), que são feitos seus ao longo de sua história (porque o criou ou porque o adotou), alguns dos quais permanecerão em pleno vigor como recursos para praticar ou reproduzir a sua vida social, enquanto outros perderam esse vigor original e tornaram-se parte de sua história, ou perdida ou esquecida para sempre.” (Tradução livre da autora)

Através desses autores, podemos concluir, então, que trabalhar com o Patrimônio Cultural é, sobretudo, trabalhar com as escolhas feitas de acordo com a cultura de cada grupo, com os elementos por eles valorizados, atribuídos de valores, de sentimento, de afinidades, é trabalhar com os jogos de poder envolvidos nesse processo de escolha, o que nos sugere levantar outros conceitos que estão intimamente relacionados a essas questões.

Lidar com o Patrimônio Cultural e a cultura é perceber que o homem está o tempo todo em busca de um reconhecimento, tentando se afirmar através de suas escolhas e perpetuando-as ao longo de sua história como membro de um grupo, exaltando as suas identidades, que por serem múltiplas acabam por direcionar os nossos olhares para a pluralidade, para a diversidade e, já que estamos falando de escolhas que devem ser lembradas, é fundamental que entendamos o debate sobre as memórias e também pelos esquecimentos, já que, na História, o silêncio nos fala.

2. Possibilidades de Trabalho com a História Local e o Patrimônio Cultural

Se trabalhar com Patrimônio Cultural é relacionar-se diretamente com a cultura e as escolhas, fruto de jogos de poder, esses mesmos jogos são assinalados nas questões de identidade.

A identidade é marcada por símbolos, o que explica o sucesso das identidades nacionais serem tão bem construídas, já que ela se firma em cima de uma variedade simbólica, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação” (HALL, 1997, p. 48).

Logo, quando o indivíduo assume as suas preferências, suas posturas, coloca as suas marcas de modo a serem vistas e reconhecidas pelos outros, ele está agindo dentro do escopo que Bauman coloca como fundamental para a existência da identidade, que é um exercício de escolhas, de construção de si mesmo a partir de uma gama de possibilidades que se estendem diante de cada indivíduo em sociedades tão plurais quanto as que conhecemos hoje.

Candau nos afirma que, entre os vários debates sobre as identidades, há, entre os pesquisadores um consenso: a identidade é uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro (CANDAU, 2011, p.11).

Quando partimos do consenso apresentado por Candau e vamos um pouco mais adiante, traçando uma ligação direta entre a identidade e a memória em uma relação de simbiose vital para

ambas, aceitamos que a mesma relação de poder que há nas disputas pela memória permeiam a identidade.

Por entender essa relação de embates simbólicos que fazem parte tanto da memória quanto da identidade, concluimos que há ações políticas tomadas para direcionar cada uma delas a favor de ideais específicos em cada momento histórico.

É a ação política, não necessariamente partidária, que faz coincidirem memória, identidade e representação nacional, confundindo identidade com pertencimento e operando no sentido de transformar “uma” representação nacional “na” marca expressiva do nacional (CHAGAS, 2003. p. 141).

Notamos que há um esforço por sinalizar o que deve ser mais ou menos aceito dentro de um grupo como sua marca, seja na identidade, seja na memória, mas ambos estão diretamente vinculados à ideia de Patrimônio Cultural.

Essas marcas se tornaram visíveis quando, após uma série de momentos teóricos, despertamos nos alunos do terceiro ano do Ensino Médio a importância da observação de seu entorno: em caminhadas pelas ruas próximas à escola e no centro da cidade de Juiz de Fora, questionamos os monumentos, os bens tombados, as paisagens, a organização do centro comercial e, com exibições de cinejornais de João Carriço, juizforano e um dos pioneiros no cinema brasileiro, deixamos mais claras as relações entre o passado e o presente.

Houve através dessa experiência de campo a possibilidade de atestarmos, como salienta Woodward (2011, p. 12), uma redescoberta do passado que é parte do processo de construção da identidade. Elas são fixadas a partir de nossas escolhas, pautadas em nossas atividades culturais e em nossos exercícios de memória que nos permite, entre outras coisas, distinguir quais serão os nossos princípios, os nossos valores e os traços que marcarão o nosso grupo. Memória e identidade estão interligados, desse cruzamento, múltiplas possibilidades poderão se abrir para uma produção de um imaginário histórico-cultural (SANTOS, 2004, p. 59).

Dessa forma a identidade se faz necessária para nossa afirmação pessoal e coletiva e se estabelece a partir de signos e símbolos que possam ser transmitidos e entendidos pelos outros. É através da construção da identidade e da memória de uma sociedade que o Patrimônio ganha força como um lugar de memória bem definido, tornando-se fundamental no processo de transmissão de nossa cultura para as gerações futuras e para o nosso reconhecimento diante de outras sociedades.

A partir dessa reflexão, ao observarmos as políticas públicas nacionais voltadas para a educação, especialmente os PCN, encontraremos a temática da identidade citada com bastante

ênfase, colocando-a como elemento fundamental para a compreensão não só do homem como ser criativo, mas para que ele possa exercer a sua cidadania.

O primeiro eixo temático proposto pelos PCN de História é “História local e do cotidiano”, logo este tema faz-se presente tanto nos currículos quanto nos livros didáticos. Ele está intimamente ligado com o objetivo do ensino de História na construção da identidade:

O objetivo fundamental da História, no ensino de primeiro grau (ensino fundamental), é situar o aluno no momento histórico em que vive. [...] O processo de construção da história de vida dos alunos, de suas relações sociais, situados em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente, em sua formação intelectual e social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer. (ZAMBONI apud FONSECA, 2010, p.117-118)

Essa preocupação é reforçada com os PCN quando explicita que

[...] o ensino e a aprendizagem de História estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (BRASIL, 1997 a, p. 49)

Nesse sentido, temos que o processo de ensinar e aprender História local é parte da (re)construção das identidades individuais e coletivas, principalmente no atual contexto social em que vivemos, com as identidades cada vez mais fluidas, como nos aponta Bauman (2005), já que é desafiador relacionar os binômios local/global, singular/plural, universal/diverso em sala de aula.

A proposta da Ágora, ao extrapolar a sala de aula e partir para as ruas da cidade, além apresentar os Patrimônios Culturais tombados e registrados da cidade, em grande maioria desconhecidos pelos alunos, foi a de fomentar discussões sobre a construção das identidades, sobre as escolhas dos bens patrimoniais e sobre os discursos presentes em cada um deles, refletindo sobre os vários grupos sociais de Juiz de Fora.

3. Turistas na Cidade de Nascimento: Novos Olhares sobre o Patrimônio Cultural

Em quatro tardes com aulas de campo em que os alunos puderam visitar o centro da cidade e observar os Patrimônios Culturais, o que percebemos é que eles se transformaram em turistas na própria cidade.

A grande maioria não (re)conhecia os Patrimônios Culturais apresentados como sendo bens tombados e, em alguns casos, entender a importância de alguns deles exigiu bastante esforço e discussão.

A aula nos jardins do Museu Mariano Procópio, o primeiro museu de Minas Gerais, fechado desde 2004 para reformas, com o guia da instituição, mostrou a importância da cidade no início do século XIX, na Zona da Mata mineira, inclusive com a abertura da estrada de ferro que a ligava ao Rio de Janeiro e com a construção da Estrada União e Indústria (Juiz de Fora-Petrópolis), que visava o escoamento da produção cafeeira e industrial da época. A estreita relação entre D. Pedro II e Mariano Procópio não era sequer imaginada pelos alunos, que também pouco se lembram do acervo do século XIX e XX do museu, devido ao longo período de seu fechamento.

Outro museu visitado foi o do Crédito Real de Minas Gerais, construído pela Cia. Pantaleone Arcuri, uma “Casa de Crédito”, fundada em 1889, por decreto imperial de D. Pedro II, que se destaca por funcionar em uma das salas do antigo banco e ter um acervo rico em documentos históricos, cédulas, moedas, equipamentos bancários, fotografias e filmes do século XX. Mais um espaço que mostra o desenvolvimento e importância da cidade em meados dos séculos XIX e XX e desconhecido pelos alunos.

O Parque Halfeld, bem no centro comercial da cidade foi um dos pontos visitados, chamando a atenção por ser um jardim planejado, assim como os jardins do Museu Mariano Procópio, e por abrigar o complexo de prédio do Paço Municipal, da Câmara dos Vereadores, a vista para o Morro do Imperador e para a rua Halfeld, rica em construções tombadas. O parque foi remodelado por Fernando Halfeld e as obras executadas pela Cia. Pantaleone Arcuri.

Com paradas estratégicas diante do Edifício Club Juiz de Fora para observação dos painéis “As Quatro Estações” e “Cavalos”, de Cândido Portinari, e do Banco do Brasil projetado por Oscar Niemeyer, os alunos perceberam o quão rica a cidade é, abrigando obras de grandes nomes no cenário artístico e arquitetônico e revelando as relações políticas e artísticas dos grupos economicamente mais desenvolvidos.

Como um exemplo de memória coletiva não institucional, uma das paradas foi a Doceria Brasil, há 70 anos na cidade, com uma de suas lojas hoje no prédio do Cine Arte Palace, também tombado em fachada e volumetria. Aproveitamos o ambiente para tratar tanto dos usos sociais dos bens tombados, como é o caso do prédio, um cinema de rua ainda em funcionamento, quanto do uso de seu saguão interno, por uma das docerias mais famosas da cidade, que, ao longo dos anos, deixa a sua marca nas memórias das famílias juizforanas com seus sabores.

A grande descoberta foi o jardim interno do Hotel São Luís, que parece um oásis bem no centro da cidade, com paredes pintadas por Ramon Rodrigues, mesmo artista que ornou a Catedral de Juiz de Fora. Esse foi o local escolhido para encerrar as atividades da semana por ser tranquilo e permitir uma boa conversa.

Os alunos se mostraram surpresos com tantas descobertas e com essa estratégia de se descobrir a história local diretamente vinculada com a história estadual e nacional. Usar o espaço urbano como ambiente de aprendizado despertou novos olhares, possibilitou novas reflexões e o desejo de se continuar os estudos sobre a cultura e a história local, estendendo o curso para a Plataforma *Moodle*, onde outras informações sobre o Patrimônio Cultural são trocadas por alunos e professores.

Os objetivos de iniciar as reflexões sobre o Patrimônio Cultural foram alcançados e, muito mais do que isso, despertou-se nos alunos o desejo de se conhecer mais sobre a sua cidade, sobre as relações que permeiam as suas construções culturais e, com certeza, transformaram-se os olhares de cada um deles com relação ao meio em que vivem.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Identidades**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BATALLA, Guillermo Bonfil. **Pensar Nuestra Cultura**. Ciudad de México: Alianza Editorial, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: História e Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. O Direito à Cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

EITERER, Edylane. (Re)Construção das Identidades? Patrimônio Cultural e Educação em Debate. In: NAJJAR, Jorge (org). **Políticas Públicas em Educação (e outras nem tanto)**: cidadania, trabalho docente e identidade. Niterói: Intertexto, 2012.

_____. **Educação patrimonial no espaço escolar**: discutindo identidade, diversidade, memória e patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 3 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. AS, 1978.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PILETTI, Néelson. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2004.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A Invenção do Brasil**. Ensaios de História e Cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.